



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CONTRAFÉ

"De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a DESONRA, de tanto ver crescer a INJUSTIÇA. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos MAUS, o homem chega a DESANIMAR-SE da virtude, a RIR-SE da honra e a TER VERGONHA de ser honesto."

Rui Barbosa

LUIZ FERNANDO ALVES DE LIMA, brasileiro, casado, profissional autônomo, natural de Recife/PE, nascido em 24/03/1955, portador da Carteira de Identidade nº 431.547, SSP/DF, CPF nº 112.807.431-15, Título Eleitoral nº 010347112097, com escritório comercial na ADE - conj. 06, lote 17, Águas Claras, Brasília/DF, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu procurador e advogado que ao final assina, mandato anexo, com fulcro na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, e no que previsto está correlacionadamente na Carta Magna de 1988, bem como nas mais comensais regras do Direito, **propor a presente:**

AÇÃO POPULAR COM PEDIDO DE LIMINAR

dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8479-2172 / 3399-3305



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TCE - TRF1

Em face da COMISSÃO DE LICITAÇÃO 01/2011 - SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF, na pessoa do seu Presidente GALENO FURTADO MONTE, ou de quem suas vezes fizer, devendo ser citado na Secretaria de Transporte, 15º andar - Anexo do Palácio do Buriti - Brasília-DF, pelas razões de fato e de direito que seguem de mais espaço:

DO CABIMENTO DA AÇÃO

Segundo previsão legal do art. 1º da LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965, temos que:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

I - PRELIMINAR

DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO

Utilizando de texto da ilustrada Procuradora-Geral do Distrito Federal e Territórios, Doutora ZENAIDE SOUTO MARTINS, sobre a mesma matéria no *mandamus* nº 2013.00.2.007425-9, em sua respeitável cota:

"Evidencia-se a partir dos contornos subjetivos da pretensão formulada pelo impetrante, conforme pedido constante á fl.32, consistente na anulação dos atos supostamente ilegais de habilitação das empresas Viação Piracicabana Ltda. Consórcio HP-ITA e Autoviação Marechal Ltda, na Concorrência nº 01/2011-ST, que eventual concessão da segurança afetará a esfera das empresas mencionadas

Destarte, faz-se imprescindível a citação das empresas relacionadas Pois" aqueles que podem ter suas esferas jurídicas afetadas por decisão proferida em mandado de segurança devem ser chamados a ingressar na lide na condição de litisconsórcio passivos necessários, sob pena de nulidade do julgamento. Inteligência do art. 47 do CPC" (STJ, REsp nº 793.920 5ª Turma. Rel. Arnaldo Esteves Lima, j.16.05.2006, provido, DJ 19.06.2006, pg.198).

que assim prevê: Desta forma, atendendo o disposto no art. 6º, da Lei 4.717/63,

DOS SUJEITOS PASSIVOS DA AÇÃO E DOS ASSISTENTES

"Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado,



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo”.

É de se rogar pela citação das empresas **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, CONSÓRCIO HP-ITA E AUTOVIAÇÃO MARECHAL LTDA, VIAÇÃO PIONEIRA E VIAÇÃO SÃO JOSÉ** para comporem o polo passivo da presente Ação, nos respectivos endereços:

1. **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA** - inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Estrada Antonio Abdalla nº 235, Jardim Califórnia - Piracicaba - São Paulo-SP, CEP: 13.424-700.
2. **CONSÓRCIO HP-ITA** - por sua empresa líder, **HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.082.569/0001-06, com sede na Avenida dos Alpes nº 450, Setor União- Goiania - GO, CEP: 74310-907.
3. **AUTOVIAÇÃO MARECHAL LTDA** - inscrita no CNPJ nº 76.557.867/0001-04, com sede na Rua Tapajós nº 851- Bairro Bom Retiro-Cutiba - PR, CEP: 80520-270.
4. **VIAÇÃO PIONEIRA - SGON - QD. 06, BL. A, BRASÍLIA/DF - FONE: 3344-2769**
5. **VIAÇÃO SÃO JOSÉ - SQ2B - LOTE 03 - SETOR DE GARAGEM SUL -BSB/DF**

Todas beneficiadas com os atos ilícitos da Comissão de Licitação.

II - PRELIMINAR DO ATO DELITUOSO E DA NULIDADE ABSOLUTA DO PROCESSO LICITATÓRIO

5



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF

Ao agir em flagrante protecionismo às empresas acima citadas, prejudicou de maneira considerável e irreversível as demais e legais licitantes que, mesmo tendo apresentado suas documentações de habilitação de forma impecável, foram julgadas inabilitadas pelo Senhor Presidente da Comissão de Licitação, apenas por ordens do Senhor Governador AGNELO QUEIROZ, do Senhor Vice Governador TADEU FILIPELLI e do Senhor Secretário de Estado de Transportes JOSE VALTER WASQUEZ, conforme CONFISSÃO do próprio presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1/2011, Senhor GALENO FURTADO MONTE, (Doc. 03) que passamos a transcrevê-la na sua íntegra:

25/06/13 QuidNovi

BLOG DO MINO BRASIL - POLÍTICA ECONOMIA -
INTERNACIONAL ARTE - COMPORTAMENTO
ESPORTE ÁUDIO - VIDEOS

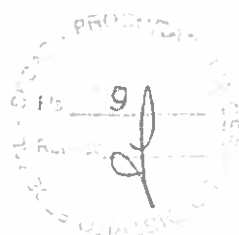
Brasil & Política

Exclusivo: Documentos falam através de
computador da licitação de transportes no DF.

23/06/2013 21:08

Por Mino Pedrosa

"Enquanto o Brasil explode nas ruas com manifestações reivindicando melhores condições e preços nos transportes públicos urbanos, o Distrito Federal fechou a Licitação mais polêmica da história, que corria há dois anos, dando como vencedora do lote 5 a Piracicabana, uma empresa que vai cobrar R\$ 0,49 a mais do que a concorrente eliminada, nas linhas do Park Way e Esafe, áreas consideradas estratégicas pelo Governo que prevê um dos maiores crescimentos metropolitanos nos próximos anos para aquela região. O QuidNovi





Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

revela com exclusividade a trama que foi engendrada pelo grupo do Governador Agnelo Queiroz para levar R\$ 40 bilhões dos cofres públicos, para um único grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na Capital Federal nos próximos 20 anos.

O computador de Galeno Furtado Monte, o homem que preside a maior e mais polêmica licitação do GDF, na área de transporte urbano, revela uma história que chama a atenção da Justiça e do Ministério Público Federal. Foi na residência oficial da vice-governadoria, no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que foi selado o destino de pelo menos R\$ 40 bilhões dos cofres públicos nos próximos 20 anos. Galeno foi convocado pela cúpula da Capital, uma vez que a Licitação, comprometida por fraudes e direcionamentos para empresas de um único grupo, corria o risco de vir à baila, a partir das reportagens publicadas por este colunista no Jornal de Brasília. Ali, era o começo do fim.

No último dia 3 de junho Galeno chegou à vice-governadoria e deparou-se com dois subsecretários de Transporte, José Augusto Pinto Junior, e Luiz Fernando de Souza Messina, o vice-governador Tadeu Filipelli, o procurador-chefe do GDF, e até o chefe da Polícia Civil.

Galeno relata os momentos de maior tensão e onde chegou até a fazer contato com o governador Agnelo Queiroz.

"Tinha uns quatro caras. secretário, um bocado de gente. Chamaram o procurador chefe e até o chefe da Polícia Civil. Imagina a gente, mero barnabé, com o vice-governador e o governador dando ordens! O Agnelo deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi desgastante.

Foi um dia muito difícil. Eu falei para o Filipelli: Governador, eu quero conversar a sós com o senhor. Tem muita coisa que vai nos trazer dor

10
16



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

de cabeça. Já estou passando situações críticas na família e no ambiente de trabalho. Já tenho uma comissão de sindicância em andamento. Tenho um depoimento na Decap (Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública). Tenho uma demanda do Ministério Público. Tá difícil de me defender. Ele colocou seu advogado pessoal à disposição, não é o do Governo, e mandou defender a Comissão."

Galeno também admite uma sociedade com o delator do escândalo da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, no alambique Cambeba, na cidade de Alexânia, em Goiás, próximo do DF, onde a empresa ajuda em grande parte a arrecadação do município. O Durval prestou um depoimento ao Ministério Público Federal, buscando a delação premiada, no qual revelou ter investido R\$ 700 mil com trator, caminhão e terreno na montagem do Alambique.

Galeno revela ainda outro braço de Durval no certame dos Transportes: trata-se do subsecretário de Políticas de Transporte e Trânsito do DF Luiz Fernando de Souza Messina.

"Fui sócio do Durval, por isso eu era visado. Mas quem me chamou foi o Messina que trabalhou com o Durval lá no Gama. Ele é amigo do Durval! O Messina era o executor do contrato de informática do TJDF na época que Durval era o secretário. Agora era ele que mandava incorporar os documentos do Sacha na Licitação."

O presidente da Comissão de Licitação revela também como foi formatado o edital. Todos dos documentos saíam do escritório paranaense Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. A Comissão não lia um documento sequer, tudo vinha pronto. Tem até uma observação por escrito, em alguns documentos onde uma integrante da Comissão faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada pelo secretário de Transporte José Walter Vazquez Filho. Ela assina, mas explica que não leu e que está em



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

desacordo com o trâmite do edital. Nada disso, foi considerado pelo secretário.

"Toda a licitação foi redigida pelo escritório Sacha Reck. Isso aí já foi negociado antes. Até o resultado da licitação. É o escritório que dá o resultado. É uma enganação. Quem preparou o projeto básico foi o pai do Sacha com o outro filho, que analisa todos os recursos. A licitação foi para inglês ver. Botaram cinco pessoas leigas para fazer esta licitação", alega Galeno.

Documento que comprova a participação direta do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, advogados do Grupo Constantino, na elaboração do processo licitatório que beneficiou as cinco empresas do grupo vencedor.

E continua: "Não existe contrato com o escritório de advocacia. Fiz um documento pedindo ao Augusto Pinto uma cópia do contrato do Governo com o Sacha. Não veio. Mandamos um documento para o Secretário Vazquez, não veio. Quem está pagando o Sacha é o BIRD, através de uma empresa chamada Logit."

O polêmico Edital de Licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, que tem como um dos principais diretores Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Sacha, por sua vez, é, juntamente com seu sócio Guilherme Gonçalves, advogado dos vencedores do milionário Edital: as empresas do Grupo de Nenê Constantino. Durante todo o processo, Sacha esteve no comando e no dia da entrega da documentação foi ele que digitou a ata do certamente. Sacha tirou o secretário Humberto Menezes de seu lugar, deixando-o na plateia assistindo tudo.

O governador Agnelo Queiroz, com o vice Tadeu Filipelli, acompanhava do Palácio milimetricamente todos os passos do certame. Segundo Galeno, o governador manipulava a publicação dos documentos no Diário Oficial. Galeno alega que



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

estava fazendo um trabalho bem feito e não sabia que estava sendo usado.

Na reta final do certame, dia 28 de maio de 2013, véspera do feriado de Corpus Christi chegou uma demanda do juiz para o presidente da Comissão publicar, num prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de São Paulo (Coperbrasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou.

Mas o governador Agnelo Queiroz mandou retirar a publicação.

Na segunda-feira, dia 3 de junho, acontece a reunião na vice-governadoria e a empresa perde todos os prazos do recurso devido a manipulação do governador Agnelo Queiroz, no apagar das luzes na véspera do feriado.

"O Agnelo mandou tirar minha decisão da boca do Diário Oficial. Isso é uma irregularidade. No dia 4 de junho de 2013 o Diário Oficial saiu com a classificação final do Nenê Constantino. Em 5 de junho, sai no DODF a homologação e adjudicação e o extrato de concessão.

Foram publicados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. Atropelou um monte de fases, a licitação fechou."

O advogado do Grupo Constantino Sacha Reck (a direita) redige a Ata na entrega das propostas.

Onze empresas participaram da abertura das propostas. No final ficaram somente as cinco do Grupo Constantino. Todas apresentaram envelopes, mas não foram abertos. Ficaram com Galeno e com a Comissão de Licitação. As empresas foram eliminadas na análise de documentação feita por Sacha, selando a trama armada no Palácio do Buriti.

O governador Agnelo reuniu a Comissão e prometeu tudo, o Judiciário para defender Galeno e a Comissão. O presidente diz que "não queria assinar a ata com o resultado final da licitação. Não dava, o negócio não estava certo. Não estava legal!"



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF

Galeno ficou com medo porque a Piracicabana não preenchia os requisitos do edital, os advogados de Nenê Constantino camuflaram as falhas na sociedade da empresa que agora está no nome de funcionários do empresário: José Fraim Neves e Mariz Zélia. Durante o processo licitatório a Piracicabana mudou o quadro societário. Primeiro com o próprio Constantino, depois passou para as filhas do empresário, quando os advogados perceberam que não daria para ganhar, botaram no nome dos empregados mais outra empresa, a Comporte.

Foi feita uma engenharia para montar o Edital da Licitação 01/2011 - ST, de tal maneira que só grandes empresas poderiam ganhar. Mais de 100 documentos foram incorporados durante o certame. Desde o início Sacha Reck redigia tudo. Galeno apenas transcrevia os documentos que chegavam em papel timbrado do escritório de advocacia do Paraná e eram colocados integralmente no papel oficial do GDF. O alto comando da Licitação era tão bem articulado entre o Governador Agnelo Queiroz, Nenê Constantino e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados e a turma Durval que ninguém poderia imaginar que isto viesse à tona.

O presidente da comissão de Licitação vem sofrendo ameaças de morte. Quem não quer acreditar que o computador de Galeno fala e que contou toda a verdade da grande manobra orquestrada pelo Buriti junto com empresários poderosos do transporte coletivo é porque o valor da tarifa dos ônibus não faz diferença no bolso ou então, não utiliza o meio de transporte. Tanto faz!".

Como visto, de nada adiantou todos os gastos e esforços das demais licitantes para participarem do certame de forma que se garantisse suas habilitações, uma vez que traçado já estava o destino dos lotes daquela licitação, todos previamente garantidos e certamente sob paga ao grupo do empresário Nene Constantino, mantendo-se assim o famigerado monopólio do transporte no



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Distrito Federal, QUE UTILIZOU-SE DO ADVOGADO DO GRUPO, O ESCRITÓRIO GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS, PARA FRAUDAR A LICITAÇÃO, conforme já anunciado em diversas outras Ações.

Quanto as considerações, não há como não vislumbrar, Excelência, a ofensa mortal ao **DIREITO LÍQUIDO E CERTO** não apenas deste requerente, como de toda a coletividade, que tanto esperou por uma **LICITAÇÃO LÍCITA, HONESTAMENTE LIMPA**, para que pudesse ter um transporte confiável, seguro e competitivo, diferente de algumas empresas que aí estão.

Bem ao contrário, vê-se uma **LICITAÇÃO FRAUDULENTA**, envolvendo a Nara do empresariado nacional, bem como a alta cúpula da administração do Governo local, isto porque além do senhor Presidente da Comissão de Licitação, também encontram-se envolvidos, Secretário de Estado de Transportes, Vice-Governador e até, o próprio **GOVERNADOR**, que segundo o Presidente da Comissão de Licitação, **ORDENA A FRAUDE.**

DA CONFISSÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NO MP

Ora, diz o art. 7º da mencionada Lei:

"Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas:

1 - Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

a) além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público;



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

b) a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 6º), bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, ficando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.

§ 1º O representante do Ministério Público providenciará para que as requisições, a que se refere o inciso anterior, sejam atendidas dentro dos prazos fixados pelo juiz.

§ 2º Se os documentos e informações não puderem ser oferecidos nos prazos assinalados, o juiz poderá autorizar prorrogação dos mesmos, por prazo razoável".

Como cediço de todos, o senhor Presidente da Comissão de Licitação, ora requerido, foi intimado para prestar depoimento pelo D. Promotor da Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, o Dr. **CLAUDIO JOÃO MEDEIROS**, na data de 03 de outubro do ano em curso, rendo comparecido, e segundo informações colhidas, confirmou na íntegra o que disse ao Jornalista Mino Pedrosa, e já transcrito acima, o que comprova a **FRAUDE NA LICITAÇÃO**, tornando-a **NULA DE PLENO DIREITO**.

E este entendimento foi o mesmo de diversos Magistrados, em julgamento de Ações anteriores, inclusive MS.

Como tal depoimento não foi liberado pelo D. Promotor para que pudesse ser juntado nestes autos, Suplico seja daquela D. Promotoria, o mesmo requerido, na forma da lei, e no prazo legal.

Ultrapassadas as preliminares arguidas, apenas pelo que nelas constam, o que não se espera e nem se acredita, passa-se a matéria de mérito.



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

DAS CARTAS MARCADAS - DO DESRESPEITO AS REGRAS DO EDITAL E DA FALTA DE TRANSPARÊNCIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

**CONCESSÃO DO SERVIÇO BÁSICO RODOVIÁRIO DO
SISTEMA DE**

**TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO
FEDERAL - STPC/DF**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST -
16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

**16.1.1 - Poderão participar da Licitação as pessoas
jurídicas ou consórcio de**

**pessoas jurídicas que tenham no seu objeto social
previsão de atividade econômica**

**que inclua a operação de serviços de transporte coletivo
de passageiros, que**

**comprovem o atendimento das condições e demais
exigências deste EDITAL e da**

legislação em vigor.

**16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas
jurídicas, isoladas ou**

**consorciadas, que se enquadrem nas seguintes
condições:**

**a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público, ou
suspensas do direito de licitar,**

ou contratar com a Administração do DF;

**b) Em processo de falência ou recuperação judicial ou
extrajudicial;**



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF 1

c) Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração do DF e

quaisquer de seus órgãos descentralizados;

d) Em liquidação ou dissolução;

e) Enquadradas nas disposições contidas no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações

posteriores;

f) Que tenham sócios, acionistas, dirigentes, integrantes de sua diretoria ou

administradores que sejam ocupantes de cargo, emprego ou função pública do DF;

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro

proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em

qualquer dos lotes desta licitação;

h) Que participem, direta ou indiretamente, em mais de um consórcio ou,

simultaneamente, em consórcio e de forma isolada, ainda que para lotes distintos;

DO GRUPO CONSTANTINO E DO MONOPÓLIO AGRACIADO PELA COMISSÃO E PELO SECRETARIO DE TRANSPORTES

A viação pioneira, foi agraciada com o lote nº 2 com 640 ONIBUS e agora a **VIAÇÃO PIRACICABANA** no lote Nº 1, com 417 ONIBUS, do mesmo grupo empresarial dos **CONSTANTINOS**.



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Muito oportuno Excelência, os únicos sócios da Empresa VIAÇÃO PIRACICABA LTDA, da família CONSTANTINOS, renunciarem coletivamente os cargos depois das publicações do Edital, são eles:

. **HENRIQUE CONSTANTINO**

. **RICARDO CONSTANTINO**

. **CONSTANTINO NETO**

. **JOAQUIM CONSTANTINO NETO e**

. **CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR**, todos filhos e netos do patriarca detentor do Monopólio de transportes coletivo de passageiros, sr. **CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, popularmente conhecido, como **NENÊ CONSTANTINO**.

Esta prática já por demais conhecida no meio das Licitações, e infelizmente têm seus executores logrado êxito em virtude da falta de completo conhecimento dois demais participantes, mormente acerca da vida da empresa, e das costumeiras artimanhas por elas praticadas.

Esta, por exemplo, apenas foi percebida pelo ora requerente, que minuciosamente analisou a documentação da empresa rebatida.

Não bastassem tudo isso, esta Comissão de Licitação em conjunto com o Secretário de Transportes descumpriu de forma vergonhosa, outro Princípio basilar da licitação, ou seja, o princípio da **ISONOMIA**,

LEI 8.666/93

"Art. 43". A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."(Grifei)

Como visto, a Empresa Piracicabana anteriormente desclassificada por falta de documentos, vem após e junta novos documentos, e consegue sua classificação. Fato é, que além da impossibilidade da referida juntada, por questões legais, feriu mortalmente o **PRINCIPIO DA ISONOMIA**, pois às demais não foi aberto tal direito.

A Piracicabana, por estes dois motivos, apenas, já estaria desclassificada, sem qualquer recuperação processual, de formas que não deve e nem pode, Vossa Excelência, como razão de coibir esta prática delituosa da Comissão de Licitação, ato abusivamente ilegal, mais tarde convalidado pelo senhor Secretário de Estado de Transportes, manter a **CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA**, sob pena de prejuízo para as demais, rogando-se, agora, seja a mesma imediatamente **ELIMINADA DO CERTAME**, tanto quanto as demais beneficiadas.

Tendo no dia 25 de março do ano de 2013, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** finalizado o **RELATÓRIO FINAL DA REABERTURA DA LICITAÇÃO Nº**



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

1/2011 submentendo a apreciação do SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, JOSÉ WALTER VASQUEZ FILHO, que convalidou o ATO e publicou no DODF e no SITE da Secretaria de Transportes nesta quarta feira, dia 27 de março de 2013.

COM RELAÇÃO AS OUTRAS EMPRESAS BENEFICIADAS

A EMPRESA AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, concorrente nos lotes 1, 2 e 3, não atendeu os ITENS: 21.3.1.1.2, 21.3.1.2, 21.4.1.1, 21.4.1.1.1 E 21.4.1.1.1.2, do Edital, bem como, deixou de apresentar a Inscrição Estadual válida do seu Estado e ainda apresentou um número de CNPJ no Atestado de Capacidade divergente do CNPJ do seu contrato social, incompatível com o objeto da licitação.

DA PROVA E DOS FATOS ALEGADOS

Ora, Excelência, a LICITANTE Auto Viação Marechal Ltda, não apresentou o documento Fiscal Inscrição Estadual do seu Estado de origem, ou seja, Paraná, simplesmente porque Não tem este documento por ter DADO BAIXA por três vezes consecutivas, 1983, 2001 e 2010, transparecendo que seja para burlar o FISCO, ficando claraevidente que a licitante em tela agiu de forma INIDONEA cerceando o direito das outras licitantes que estão de boa-fé neste certame. Em razão destes fatos a licitante deveria ter sido sumariamente



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

DESABILITADA e DESCREDENCIADA de qualquer fase desta licitação, sem prejuízos de outras sanções.

Perceba nos Anexos abaixo que o cartão do CNPJ, bem como no Contrato Social e alterações da licitante **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA**, O Nº 76.557.867/0001-04, enquanto que o número de inscrição do CNPJ do Atestado de Capacidade Técnica apresentado tem o nº 76.457.867.0001-04, com o agravante de que a licitante em comento não é detentora da frota de **224 (duzentos e vinte e quatro) carros**, tendo em vista que o número de carros apresentados no Atestado de Capacidade Técnica é de todas as empresas consorciadas ao **CONSÓRCIO PONTUAL**, que prestam serviço de transporte na região metropolitana de Curitiba a partir do mês 07 11/2010, contrato 083/2010, e não da licitante como foi apresentado na licitação fraudando assim a competitividade com falsas informações.

Assim sendo, mais uma vez a licitante agiu de forma **INIDONEA** ao apresentar um documento forjado para enganar e obter vantagens na licitação, cerceando o direito competitivo das demais licitantes. Razão pela qual se requer o reconhecimento sua **DESCCLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO** no referido Certame.

Como bem salientado pela Comissão de Licitação, ao analisar a documentação da empresa Marechal, assim se pronunciou:

"Apresentar balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício em desacordo com as exigências do item 21.5.1.1 do Edital. As irregularidade dos Documentos Contábeis apresentados pela Licitante, impede a apuração



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF 1

idônea do calculo do item 21.5.1.4 do Edital, pela Comissão, tornando prejudicada a avaliação do Índice de Endividamento Geral da Licitante".

Ora, se não apresentou à época correta a completa documentação, não poderia sob pena de ferir dispositivos legais, apresentar posteriormente. Todavia, com a permissão da ora requerida. Apresentou, "corrigiu" seus erros, e recebeu parecer favorável para sua homologação. **Fato reprovável e criminoso.**

LEI 8.666/93

"Art. 43". A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. "(Grifei)

No que se refere ao **CONSÓRCIO HP - ITA**, assim se pronunciou a Comissão:



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

" CONSÓRCIO HP - ITA, concorrente nos lotes 1, 2 e 3, não atendeu os ITENS: 16.1.1, 16.1.3, 21.2.1.2, 21.4.1.1, e 21.5.1.2, bem como, há divergência no seu contrato social, incompatível com o objeto da licitação".

Além da lei 8.666/93, que norteia o processo licitatório em todas as suas fases, o Edital é o regulamento da licitação que disciplina o Certame para todos os que venham dele participar, sem descriminar ou beneficiar qualquer que seja o participante, sob pena de ferir o Princípio constitucional da **ISONOMIA** basilar que iguala a todos os concorrentes

E assim sendo, nem a Comissão Especial de Licitação, nem o Secretário de Transportes poderiam deixar de observar que a Licitante **CONSÓRCIO HP - ITA**, não atendeu os **ITENS: 16.1.3, 21.1.3, 21.2.1.2, 21.4.1.1, e 21.5.1.2** do Edital, **senão vejamos:**

21 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

In verbis:

21.1.3 - Os documentos apresentados deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da data marcada para a abertura da licitação e entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**; os documentos que não possuírem validade expressa no seu próprio corpo não serão aceitos se tiverem data de emissão anterior a 60 (sessenta) dias contados da data marcada para a abertura da licitação, a exceção dos documentos que possuem validade indeterminada, como os atestados de capacidade técnica.



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Todavia o documento de **INSCRIÇÃO ESTADUAL**, apresentado pela licitante **CONSÓRCIO HP - ITA** foi emitido em 20 de março de 2012, ou seja, tem quase um ano de vencido. Também não atendeu o ITEM 21.5.1.2 do Edital que trata da **FALÊNCIA CONCORDATA** apontando no sumário às fls 145, suposta existência da referida **CERTIDÃO**, quando ao contrário, demonstra aquelas fls.e segs., apenas um calhamaço de Processos **CERTIDÃO POSITIVA**, que dão conta apenas e tão somente de existência de dívidas sem qualquer **RECUPERAÇÃO**.

Emérito Julgador, apenas estes dois erros tão gritantes, não precisando mencionar os demais encontrados, são razões pelas quais se **REQUER**, a imediata **INABILITAÇÃO** da Licitante em comento e consequente **ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**, posto que eivado de vícios insanáveis, vícios este de origem.

Nessa sequencia de comportamentos ilegais e criminosos, que atesta diretamente a má-fé nos atos administrativos da Comissão de Licitação, torna-se impossível a admissão de Procedimento Licitatório **SÉRIO E LEGAL**, tendo por obrigação que se acreditar, que exista indubitavelmente vestígios de favorecimento à alguém - **E SABE-SE LÁ À TROCO DE QUÊ...**

Fato é, Emérito julgador, que tanto o ora requerente, quanto todas as demais pessoas que acreditaram numa licitação legal e promissora anunciada pelo GDF, estão hoje, perturbadamente incomodados, com o futuro das demais decisões deste Governo, que permite, num ato administrativo desta grandeza, tamanha **PATIFARIA**, fato que não pode ser ignorado por Vossa Excelência, até mesmo porque coloca em risco a segurança de toda a população deste DF.



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

DO FAVORECIMENTO AO GRUPO CONSTANTINO

O Edital nº 1/2011 - ST, preleciona no ITEM 16.1.2, AS **VEDAÇÕES E CONDIÇÕES** para participação no **CERTAME**, neste diapasão foi descumprido pela Comissão bem como pelo o Secretário de Transportes o que preleciona o ITEM: 16.1.2, LETRA "h" do Edital nº 1/2011, **SENÃO VEJAMOS:**

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

h) Que participem, direta ou indiretamente, em mais de um consórcio ou,

simultaneamente, em consórcio e de forma isolada, ainda que para lotes distintos;

Ora Excelência, se as autoridades, ou seja, Comissão da Licitação e o Senhor Secretário de Transportes, que estabeleceram as Normas do Edital, são os primeiros a burlarem tal dispositivo para **AGRACIAR** o maior grupo que detém o **MONÓPOLIO DO TRANSPORTE**, não só no Distrito Federal, mais em todo o Território Nacional, como é que se pode acreditar que uma Licitação desta é séria?

DO GRUPO CONSTANTINO E DO MONOPÓLIO AGRACIADO PELA COMISSÃO E PELO SECRETARIO DE TRANSPORTES



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

A viação pioneira, foi agraciada com o lote nº 2 com 640 ONIBUS e agora a VIAÇÃO PIRACICABANA no lote Nº 1, com 417 ONIBUS, do mesmo grupo empresarial dos CONSTANTINOS.

Muito oportuno Excelência, os únicos sócios da Empresa VIAÇÃO PIRACICABA LTDA, da família CONSTANTINOS, renunciarem coletivamente os cargos depois das publicações do Edital , são eles:

- . HENRIQUE CONSTANTINO
- . RICARDO CONSTANTINO
- . CONSTANTINO NETO
- . JOAQUIM CONSTANTINO NETO e
- . CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR, todos filhos e netos do patriarca detentor do Monopólio de transportes coletivo de passageiros, sr. CONSTANTINO DE OLIVEIRA, popularmente conhecido, como NENÊ CONSTANTINO.

Não bastassem tudo isso Excelência, esta Comissão de Licitação em conjunto com o Secretário de Transportes descumpriram de forma vergonhosa o Princípio basilar da licitação, ou seja, o princípio da **ISONOMIA**,

LEI 8.666/93

"Art. 43". A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."(Grifei)

DOS VERDADEIROS DONOS E MANDATÁRIOS DA FALSA LICITAÇÃO

Data Máxima Vênia, Excelência, tudo leva a crê que esta licitação já tinha seus donos antes mesmo de ser elaborada a começar pelos componentes da Comissão de licitação, especialmente na pessoa de seu presidente o senhor **GALENO FURTADO MONTE**.

Perceba que o Presidente da ENGENHOSA LICITAÇÃO, é nada mais nada menos que o maior empresário de CACHAÇA TIPO EXPORTAÇÃO, popularmente conhecida no Brasil e nos maiores países da Europa a CAMBEBA DO BRASIL e só para citar como exemplo os maiores exportadores clientes da empresa do presidente da licitação estão: (INGLATERRA, ALEMANHA, ITALIA, GRABETANIA, BRASIL), pasmem ele é o Sócio- Proprietário com 90% (noventa) por cento das cotas no contra social sendo os 10% (dez) por cento restante em nome sua esposa, ROSALY BRASIL FURTADO.

Na Quarta Alteração Contratual, exatamente na CLÁUSULA SEXTA e seu PARÁGRAFO ÚNICO, que assim se transcreve:



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CAMBÊBA - INDÚSTRIA. COMÉRCIO. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA

CLÁUSULA SEXTA "À gerência, administração, usoda denominação Social, assinatura de documentos que impliquem na posição econômico-financeiro e patrimonial da Sociedade, será exercida pelo sócio **GALENO FURTADO MONTE**, habilitado para abrir e encerrar contas, assinar cheques, letras de cambio, duplicatas promissórias, recibos e dar recibos em da Sociedade, ficando os mesmo dispensados de presente."

PARAGRAFO ÚNICO: para efeito contas bancárias, fica somente o sócio **GALENO FURTADO MONTE**, habilitado para abrir e encerrar contas, assinar cheques, letras de cambio, duplicatas, promissórias, recibo e dar recibos em nome da Sociedade, ficando os membros dispensados de prestarem cauções."

O art. 117, X, do Regime Jurídico Único, Lei 8.112/90, assim prevê:

Capítulo II

Das Proibições

Art. 117. Ao servidor é proibido: (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário: (G.N).

DA MANOBRA DO GOVERNO PARA APAGAR OS RASTROS DAS ILICITUDES NA LICITAÇÃO

Após os depoimentos dos membros da licitação no MP, o governo desmembro os componentes colocando-os em cargos estratégicos, como no TCDF, inclusive transferindo o principal articulador da fraude o Presidente da Comissão Especial de Licitação, GALENO FURTADO MONTE, transferindo-o para a cidade goiana de Alexania, onde o mesmo tem o seu grande negócio que é a empresa fabricante e exportadora de cachaça **CAMBÊBA- INDUSTRIA COMÉRCIO. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**, tudo com a única finalidade de tirar do foco da justiça os fraudadores do certame em comento.



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

DO FUMUS BONIS JURI

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DO JULGAMENTO OBJETIVO:

Estabelecidos os critérios do Edital, e os procedimentos para o julgamento das propostas Técnicas, estes obrigam tanto as empresas quanto a promotora da licitação ao seu fiel cumprimento, sendo vedada a utilização de qualquer procedimento ou critério diverso do que fora previamente previsto.

Neste sentido é imperiosa a transcrição dos artigos 3º (caput), 41 (caput) e 45 (caput), da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ao estabelecerem que:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

"Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital já o qual se acha estritamente vinculada".

"Art. 45" - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente a ele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle".



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Quanto à observância universal do princípio da vinculação ao edital nos processos de licitação, Hely Lopes Meirelles teve a finalidade ao afirmar:

"A vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação. e. como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração iu." (Direito). Administrativo Brasileiro, Contratos Administrativos e Licitação, Hely Lopes Meirelles, editora Malheiros, 20- edição, pág. 249 e 250) **(sublinhamos)**

Desenvolvendo o tema o citado professor **DESTACOU:**

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento. quer quanto à documentação e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidos as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (Hely Lopes Meirelles, Licitação e Contrato Administrativo, 128 - edição, Malheiros Editores, página 31) **(sublinhamos).**

Diante disto, é possível constatar que tanto a Comissão de Licitação, quanto o Secretário de Transportes agiram incorretamente ao não observarem os critérios e os procedimentos previstos no Edital, bem como os dispositivos legais da Lei 8.666/93, que preleciona a expressa **VEDAÇÃO** de recebimento ou juntada de documentos em sede de recurso (posterior) a entrega e abertura dos envelopes de habilitação.



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Claro está na própria Lei de Licitações, no seu art. 43, § 3º, que é vedada a apresentação de novos documentos após a abertura dos envelopes de habilitação, e tendo as ora "habilitadas", adrede mencionadas, deixado de apresentar alguns documentos, ou apresentados de forma INIDONEA, não poderiam depois fazê-lo, permanecendo, assim, intocável, irreformável, a decisão que as inabilitou, bem como terá que ser anulada a decisão que habilitou as que deixaram faltar documentos ou os tenham colocados vencidos, incompletos, incertos e consequentemente INIDONEOS, como é o caso em tela das três licitantes em comento.

A troca de correspondência, via de **OFÍCIOS** entre o Presidente da Comissão Especial de Licitação e o diretor responsável da empresa PIRACICABANA, 32 (trinta e dois) dias após a entrega e abertura dos envelopes dos documentos para habilitação das licitantes, é vergonhoso, imoral e atenta contra todos os princípios que norteiam a licitação, ferindo de morte o § 3º do Art. 43 da Lei 8.666/93.

Assim sendo, Excelência, não pode e nem deve prevalecer a **TRUCULÊNCIA** e **ABUSO DE PODER** da Comissão de Licitação, convalidado pelo Secretário de Transportes, que passou como um trator por cima de todos os princípios basilares constitucionais, desrespeitando o direito sagrado de várias licitantes, e o que é pior, da comunidade que há muito luta por um transporte de qualidade neste DF.

É salutar e prudente destacar no momento, o disposto no Art. 3º da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

A não concessão da medida pretendida também fere direito líquido e certo do ora requerente, uma vez que presentes seus direitos líquido e certo de pleitear a presente Ação Popular, posto que como usuário do transporte público deste DF, tem o direito, no mínimo, de exigir uma **LICITAÇÃO HONESTA**, o que não aconteceu com a de nº 01/2011 - Secretaria de Transportes.

DO PERICULUM IN MORA

A norma viabiliza, como resta claro e límpido, a suspensão do ato tido como abusivo ou ilegal, nas hipóteses que menciona. A relevância do fundamento pode ser entendida como a plausibilidade do direito invocado ou, na expressão latina, *fumus boni iuris*. Já a ineficácia da medida, verificável caso não seja deferida de imediato, refere-se ao chamado *periculum in mora*. E aqui, está por demais demonstrado o prejuízo que sofrerá o erário público com a não concessão da medida pretendida, já que permitido o ingresso de novos ônibus por empresas fraudadoras da licitação, obviamente que após, não terá o Estado como retirá-la sem qualquer indenização, uma vez que conivente com o ato.

DA AUSÊNCIA DE CLAMOR PÚBLICO POR AUSÊNCIA MOMENTÂNEA DE TRANSPORTES

No momento não há como se justificar a não concessão da liminar pretendida neste D. Juízo, sob a argumentação de clamor público por falta de transportes, pois nenhum veículo foi retirado de operação pelas empresas não contempladas no Certame e, ainda, tivemos o ingresso de cerca de 500 (quinhentos) novos ônibus, de empresas já contempladas.



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

De igual forma, concedida a liminar pretendida, não poderá utilizar-se de igual fundamentação, o Egrégio Tribunal para suspendê-la, posto que estaria, assim, homenageando a **FRAUDE** havida pela administração pública.

DA FALTA DE RESPEITO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL AO PODER JUDICIÁRIO POR ACREDITAR NA IMPUNIDADE

Ora, ao justificar que as liminares concedidas pelos D. Juizes de Primeiro Grau devem ser revogadas, isto em virtude de clamor público por novas empresas no mercado, ou mesmo novos ônibus, não deve prosperar, Excelência, pelo fato de que não houve qualquer redução de veículos em decorrência da **FRAUDADA LICITAÇÃO**, pois as empresas não contempladas não retiraram nenhum de seus veículos, e as **FRAUDADORAS** ainda colocaram alguns dos seus.

Ademais, ainda que houvesse tal clamaor, deveria, como deve Vossa Excelência, determinar a imediata **ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO**, e não a **REVOGAÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA**, posto que assim estaria dizendo que pode o clamor público pedir pela ilicitude, já que comprovada a **FRAUDE** pelo Governo do Distrito Federal para favorecer determinada Empresa.

O que justifica o Governo para induzir Vossa Excelência à erro, é fundamentação leviana, desprovida de guarida legal, pois não se pode pedir ao Judiciário e nem à



L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

nenhum outro Órgão, que autorize a ilegalidade, e neste caso **CRIMINOSAMENTE ABSURDA**, envergonhando a população deste Distrito Federal

DO PEDIDO

Seja, a presente Ação tida totalmente por **PROCEDENTE** para, após concessão da liminar pretendida, **SUSPENDER TODOS OS ATOS DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE TRANSPORTES Nº 01/2011-ST DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF, MORMENTE COM RELAÇÃO AS EMPRESAS PIONEIRA, MARECHAL, CONSÓRCIO HP-ITA E PIRACICABANA, FRAUDADORAS CONVICTAS DO REFERIDO PROCESSO, E, APÓS, CANCELANDO A LICITAÇÃO COMO UM TODO, POR NÃO PERMITIR A LEI ESPECÍFICA E AS DEMAIS REGRAS LEGAIS, QUALQUER ILEGALIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO.**

Seja o senhor Secretário de Estado de Transportes intimado para responder a presente nos termos da lei.

Sejam, também, as empresas litisconsortes passivas, igualmente intimadas.

Roga pela gratuidade judicial, na forma estabelecida em lei específica.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros de prova em direito admitidos, mormente pelo que constado nos autos está, e outras provas que poderá juntar oportunamente.



Advocacia nos Tribunais

L
U
F
A
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia
Assessoramento e
Consultoria Empresarial.
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

Dá à causa o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para efeitos fiscais.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Brasília-DF, 14 de outubro de 2013.


CARLOS ROBERTO NEVES

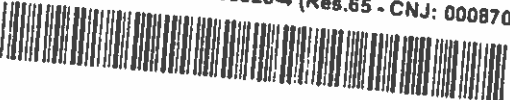
OAB/DF. 41.670



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Carla

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
DO DISTRITO FEDERAL.

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**
Comprovante de recebimento de Processo com Petição
Número do Protocolo **2014.01.000830932** Data e Hora 17/01/2014 13:34
Recebido em: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Processo **2013.01.1.160520-4** (Res.65 - CNJ: 0008706-92.2013 8.07.0018)


PROCESSO N.º 2013.01.1.160520-4

AUTOR: LUIZ FERNANDO ALVES DE LIMA

RÉU: DISTRITO FEDERAL

O **DISTRITO FEDERAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Popular em epígrafe, vem apresentar

CONTESTAÇÃO,



em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.



1. DAS PRELIMINARES

1.1 Ausência de interesse processual no "cancelamento" da licitação

Pela análise do pedido formulado pelo Autor (de suspensão e cancelamento da licitação), facilmente se percebe que está ausente interesse processual, na medida em que este procedimento licitatório que o Autor pretende suspender e anular não se encontra mais tramitando, **tendo sido devidamente encerrado (pela homologação e adjudicação), por conseguinte, sucedido pelos contratos de concessão firmados pelas empresas que se sagraram vitoriosas na Concorrência Pública.**

Isso porque, em que pese possa um licitante inabilitado – o que sequer é a hipótese dos autos – discutir a legalidade do procedimento licitatório, lhe carece interesse em tal pretensão quando se efetiva a **assinatura do respectivo contrato de concessão**, como é o caso dos autos, consoante documentação em anexo.

Com a efetiva assinatura do respectivo contrato de concessão pelas licitantes vencedoras **não há mais interesse de agir na declaração de nulidade de atos administrativos praticados durante o procedimento licitatório – ato administrativo subsequente – que não poderá ser atingido pelos efeitos da sentença proferida nos autos de origem.**

A título argumentativo, cite-se que, com a assinatura do contrato de concessão, deve ser buscada a nulidade deste, inexistindo interesse no "cancelamento" de um certame já encerrado.

Nesse sentido, a atual jurisprudência tem se posicionado no sentido de que falta de interesse de agir quando ocorre a assinatura do contrato administrativo decorrente do procedimento licitatório em que se pretendia questionar, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. CABIMENTO. LICITAÇÃO. CONSUMAÇÃO. PERDA DO OBJETO.

1. É cabível recurso ordinário, tanto da decisão denegatória





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

em mandado de segurança quanto daquela que o considera prejudicado ou indefere o pedido, extinguindo-o sem análise do mérito.

2. **Impetrado Mandado de Segurança visando a impugnar o curso de procedimento licitatório, a superveniência de conclusão do respectivo certame, com a assinatura do contrato e a entrega do objeto licitado, posto não lograr êxito a tentativa do Recorrente de paralisá-lo via deferimento de pleito liminar, conduz à extinção do writ por falta de interesse processual superveniente, em face do fato consumado.**

3. Precedentes desta Corte: ROMS 14938 / PR ; deste relator, DJ de 30/06/2003; MS 5863 / DF ; Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA DJ de 05/06/2000; RMS 12210, Rel. Min. José Delgado, DJ de 19/02/2002.

4. Ausente a utilidade do writ, requisito que, juntamente com a necessidade da tutela, compõe o interesse de agir, impõe-se a extinção do processo sem análise do mérito.

5. Recurso desprovido. (RMS 17.883/MA. 2004/0017424-6. Relator Ministro Luiz Fux. 1ª T. J: 06.10.2005. DJ: 14.11.2005)" - **negritos nossos**



"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS). INDEFERIMENTO DE LIMINAR. CONSUMAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATORIO. CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS. IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUI-LAS. FALTA DE OBJETO. EXTINÇÃO DA AÇÃO. EM MANDADO DE SEGURANÇA, OBJETIVANDO O PEDIDO SUSTAR LICITAÇÃO JÁ CONSUMADA, NA IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUIR SUAS CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS, CARACTERIZA-SE A FALTA DE OBJETO, AUTORIZANDO-SE EM CONSEQUENCIA, A



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO, SEM DISCREPANCIA. (RMS 6920/AP. 1996/0020524-8. Relator Ministro Demócrito Reinaldo. 1ª T. J: 20.06.1996. DJ: 19.08.1996)"

Cite-se, ainda, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA LICITANTE VENCEDORA. EXAURIMENTO DO CONTRATO PELO DECURSO DO TEMPO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1 - O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, COM A HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO EM FAVOR DA EMPRESA LICITANTE VENCEDORA E EXAURIMENTO DO OBJETO FAZ ENCERRAR O PROCESSO JUDICIAL PELA AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL; MOSTRA-SE FATICAMENTE IMPOSSÍVEL QUE OUTRO CONTRATO SEJA CELEBRADO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM PERÍODO PRETÉRITO.

2 - O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, EM APERTADA SÍNTESE, CONSISTE NA IMPUTAÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO AO MOTIVADOR DA QUERELA POSTA EM JUÍZO QUANDO O FEITO TENHA SIDO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO.

3 - NAS CAUSAS EM QUE NÃO HOUVER CONDENAÇÃO, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER FIXADOS DE FORMA EQUITATIVA, UTILIZANDO-SE OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NO § 4º DO ARTIGO 20 DO CPC, IMPONDO-SE, ANTE AS PECULIARIDADES DA CAUSA, A REFORMA DA



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

SENTENÇA, A FIM DE QUE A RÉ SUPORTE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DA VERBA HONORÁRIA DEVIDA AO PATRONO DA PARTE AUTORA. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA.

(TJDFT - Apelação Cível nº. 2007.01.1.152889-6 - 5ª Turma Cível - Relator Angelo Canducci Passareli - Julgado em 20/03/2013) - negritamos

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO. LICITAÇÃO HOMOLOGADA. OBJETO ADJUDICADO. PERDA OBJETO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Mandado de Segurança tem o objetivo de fazer cessar ato ilegal ou com abuso de poder, praticado por autoridade pública ou particular

2. Encerrada a licitação, com a homologação, adjudicação e formalização do contrato em favor da empresa licitante vencedora, gera a perda superveniente do interesse de agir para impetrar Mandado de Segurança em face do ato que desclassificou a empresa agravante.

3. Se o Mandado de Segurança impetrado busca a anulação de decisão que excluiu a empresa agravante da licitação, incabível estender seus efeitos para anular eventual contrato firmado. Cabe ao interessado ajuizar a ação cabível.

4. Agravo Regimental conhecido e não provido.

(TJ-DF 20130020060423AGI, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 08/05/2013, 2ª Turma Cível)" - negritamos



No mesmo sentido a jurisprudência de outros Tribunais



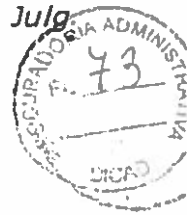
Pátrios, vejamos:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO QUE VISA À ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO EM RAZÃO DE SUPOSTAS ILEGALIDADES DO EDITAL. LIMINAR INDEFERIDA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. LICITAÇÃO QUE SEGUIU O CURSO REGULAR COM A ADJUDICAÇÃO A UMA DAS EMPRESAS LICITANTES, ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. A execução do contrato, objeto da licitação que se pretende anular, determina a extinção do mandamus por falta de interesse processual superveniente, uma vez que inviável nova execução do objeto da licitação. Eventuais perdas e danos que devem ser alegadas nas vias judiciais ordinárias. Recurso prejudicado."

(TJSP - Apelação Cível n.º 7771835400 - 11ª Câmara de Direito Público - Rel. Oscild de Lima Júnior - Julg. 21/02/2011). - destacamos

"LICITAÇÃO - PEDIDO DE ANULAÇÃO - EXTINÇÃO POR FATO SUPERVENIENTE - PERDA DO OBJETO - CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO LICITADO NO CURSO DA LIDE - AUSÊNCIA DE PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS DE DANOS - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - DECORRÊNCIA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO PREJUDICADO."

(TJSP - Apelação Cível n.º 0103535-72.2005.8.26.0000 - 8ª Câmara de Direito Público - Rel. Cristina Cotofre - Julg. 13/10/2010).



"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DIRIGIDO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

JULGOU EXTINTO O PROCEDIMENTO RECURSAL, DIANTE DA PERDA DE SEU OBJETO - ENUNCIADO Nº 05 DAS CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - APLICAÇÃO EM CASO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO LICITATÓRIO, INDEPENDENTE DE SER O RECORRENTE VENCEDOR OU VENCIDO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.(TJ/PR 892433002 PR 892433-0/02 (Acórdão), Relator: Lélia Samardã Giacomel, Data de Julgamento: 04/09/2012, 4ª Câmara Cível)

A perda superveniente do interesse de agir é condição da ação e, desta maneira, **matéria de ordem pública**, que deve ser examinada de ofício e a qualquer tempo ou grau de jurisdição.

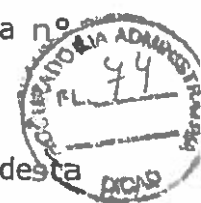
A regra geral do Código de Processo Civil, no seu art. 2º, estabelece, como condição para o ajuizamento de qualquer ação, a presença do **interesse processual** da parte.

Como ensinam Nelson NERY JUNIOR e Rosa Maria de Andrade NERY, "*existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta tutela pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático*".¹

Considerando que a licitação atacada pela presente demanda já se encontra **devidamente encerrada**, carece o Autor de interesse de agir em sua pretensão de suspender e "cancelar" a Concorrência Pública nº 01/2011-ST.

Ademais disso, evita-se o prolongamento desta demanda, inútil sob o ponto de vista jurídico, **pois os efeitos do procedimento licitatório que se pretende cancelar já se exauriram**, ante a formalização do respectivo contrato de concessão, motivo pelo qual se impõe a reforma da sentença de primeiro grau, extinguindo-se a ação originária sem julgamento do

¹ NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 10ª ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 504.





mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

2. DO MÉRITO

2.1. DA REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

O ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO exarou parecer especificamente sobre esse assunto, no qual conclui pela inexistência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 01/2011, afirmando expressamente que:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consulente se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Ressaltou, ademais, a inexistência de qualquer ato ou fato que impedisse o escritório de advocacia oficiante de prestar serviço ao Poder Público. Nesse sentido, às fls. 22/23 do parecer em anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência,



a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Portanto, a insurgência do Autor quanto à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados ao Distrito Federal não merece guarida, até porque se pautou em notícia proveniente do blogueiro Mino Pedrosa, o qual, inclusive, já está sendo processado criminalmente, por calúnia e difamação, consoante andamentos processuais em anexo.

2.2 DA AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DA CONSULTORIA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS - RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Ao se buscar advogados especializados e experientes no singular tema de transporte coletivo de passageiros, é de se esperar que, no





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

passado, em outras oportunidades, esses já tenham prestado seus serviços a potenciais empresas interessadas a participar da Concorrência nº. 01/2011-ST. A notoriedade perante o mercado privado é um importante certificado de experiência e qualidade dos serviços jurídicos prestados.

Nessa toada, tratando-se a Família Constantino (*lato sensu*), com suas diversas e independentes vertentes, de uma das famílias mais tradicionais do transporte coletivo nacional, e sendo a Família Gulin (*lato sensu*), com toda a sua árvore genealógica, a família mais tradicional do transporte coletivo de passageiros de Curitiba e do Estado do Paraná, é natural e nada surpreendente que um escritório de advocacia sediado em Curitiba e com vasta experiência no setor já tenha prestado serviços a empresas que tenham nos seus quadros societários membros das Famílias Gulin ou Constantino.

Todavia, isso não gera vínculo eterno, amplo e/ou irrestrito dos advogados com tais empresas ou famílias, nem leva à presunção de parcialidade ou qualquer favorecimento ilícito em eventuais assessorias prestadas a órgãos públicos em processos licitatórios futuros de que elas participem.

A presunção constante da petição inicial no sentido de que a consultoria contratada não poderia ter prestado serviços ao Governo do Distrito Federal, fere de morte o disposto no inciso I do art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual é direito do advogado "***exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional***".

Nesse sentido, às fls. 22/23 do parecer em anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em
licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. **Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência,**





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Frise-se, ademais, que as empresas mencionadas na inicial, embora constituídas ou administradas por pessoas físicas de sobrenome idêntico, seja Constantino, seja Gulin, **são pessoas jurídicas próprias e independentes**, constituídas por membros diversos de tais famílias, alguns inclusive sem grau de parentesco direto.

Diferentemente do que tenta fazer crer o Autor, nunca existiu, por parte do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, assessoria direta ou indireta às empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. – ou seja, **tais pessoas jurídicas NUNCA contrataram os serviços dos advogados integrantes do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados.**

O referido escritório não advoga ou representa, nem judicial ou extrajudicialmente, a Família Constantino ou o Grupo Constantino. Da mesma forma, o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados nunca prestou qualquer serviço contencioso ou de consultoria à pessoa jurídica Comporte Participações Ltda.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Ainda, inexistente grupo econômico entre Viação Pioneira e Viação Piracicabana. O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital de Licitação da Concorrência nº. 01/2011-ST, segundo o qual a interdependência entre proponentes se configurava apenas na hipótese de haver controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes (item 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7), o que não é o caso.

Tal entendimento, inclusive, foi confirmado pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança nº. 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante VIPLAN - Viação Planalto Ltda., bem como no mandado de segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio SOGIMA, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Inexiste, assim, qualquer contrato de assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados às empresas Viação Pioneira, Viação Piracicabana e Auto Viação Marechal Ltda. na área de licitações públicas, tampouco quanto ao objeto da Concorrência nº. 01/2011-ST.

Vale citar que, indagado sobre a existência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº. 01/2011-ST, o Ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO concluiu:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consultante se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Assim, no tocante aos atos praticados pela Consultoria no decorrer da Concorrência 01/2011-ST, tem-se que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados jamais violou os princípios que resguardam a lisura do procedimento licitatório, muito pelo contrário, se ateve integralmente ao cumprimento das disposições editalícias e à legislação vigente. Prova de que a licitação do transporte coletivo do Distrito Federal sempre se pautou pela transparência e legalidade é o fato de que o Edital de licitação, os pareceres e orientações emitidas por esta Consultoria, apreciados e acatados pela Comissão Especial de Licitação, foram, em diversas oportunidades, confirmados pelo Poder Judiciário e pela Corte de Contas do Distrito Federal.

As orientações prestadas pela consultoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no tocante a todas as fases do processo de licitação Concorrência nº. 01/2011-ST, além de imparciais, respeitaram os princípios de direito administrativo e a legislação vigente.

Em face do delineado, resta elucidado que inexistente qualquer fato ou contrato firmado pelo escritório de advocacia em questão, que o impedisse de atuar com a isenção e imparcialidade devidas perante esta Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, não tendo havido o repasse de informações sigilosas a qualquer licitante.

**2.3 DA REGULARIDADE DAS DECISÕES DE
JULGAMENTO DAS FASES DE HABILITAÇÃO E
PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA 001/2011-ST**

Na petição inicial, o Autor insurge-se quanto ao julgamento da fase de habilitação da Concorrência Pública 001/2011-ST.

Tais alegações, entretanto, não merecem guarida.

Primeiro, quanto às empresas eventualmente inabilitadas, é de se observar que tal inabilitação decorreu de ato exclusivo





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

destas, que não preencheram os requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e pelo Edital de Licitação. Tanto isso é verdade que a inabilitação das licitantes foi confirmada pelo Poder Judiciário, conforme dezenas de decisões em anexo.

Ou seja, as empresas consideradas inabilitadas na licitação do Distrito Federal o foram porque não preenchiam os requisitos legais e editalícios. O fato de empresas interessadas não atenderem aos requisitos exigidos pelo Edital de Licitação não pode ser atribuído à Comissão Especial de Licitação ou à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. As decisões administrativas da fase de habilitação da Concorrência nº. 01/2011-ST nada mais fizeram do que observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário dos princípios da isonomia e da legalidade.

A propósito, analisando os requisitos de habilitação do Edital de licitação em comento, item VI.1.5, **o parecerista Marçal JUSTEN FILHO confirmou que "os requisitos de habilitação dos licitantes foram estabelecidos em termos conformes com a disciplina legal."** E ainda, referindo-se à denúncia então formulada pela ABRADec: **"os argumentos contemplados na documentação examinada são absolutamente improcedentes"**.

Passa-se às insurgências apontadas na exordial.

A alegação do Autor no sentido de que a Viação Piracicabana teria sido favorecida com a inclusão posterior de documentos também não merece guarida.

Cumpre trazer à transcrição o teor do citado ofício, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, datado de 08.03.13:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



Ofício nº 20/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 08 de março de 2013

Senhor Representante,

Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanco Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração

Folha: 032006
Processo nº: 090.000.655/2010
Rubrica: [assinatura] Matrícula: [assinatura]

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente

Folha: 032007
Processo nº: 090.000.655/2010
Rubrica: [assinatura] Matrícula: 1632289

À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13424-700

At. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido

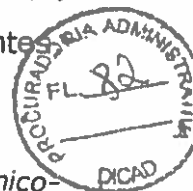
8/03/2013

Da análise do ofício 20/2013 - CEL n.º 01/2011 - ST emitido pelo Senhor Presidente da Comissão observa-se foi solicitada a apresentação de documentação relativa ao período de 01/01/2009, "com a finalidade de uma análise mais apurada da documentação desta empresa".

Facilmente se percebe que não foi requisitada a apresentação de documentação exigida pelo edital da Concorrência Pública n.º. 01/2011-ST, a qual ensejava na habilitação ou inabilitação dos licitantes vejamos a previsão editalícia:

"21.5.1 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será constituída por:

21.5.1.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

*LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data estabelecida para a entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;*

21.5.1.1.1 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;

21.5.1.1.2 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados por meio de cópia impressa e física das demonstrações digitais, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital perante a Receita Federal.

21.5.1.1.3 - Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser acompanhada das publicações exigidas por Lei.[...]"

Como se vê, o instrumento convocatório exigia dos licitantes a apresentação de Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei. À época da abertura da licitação, em 04 de fevereiro de 2013, as demonstrações contábeis e balanço patrimonial exigíveis era o do ano de 2011, e não de 2009.²

² O balanço patrimonial é fechado ao término de cada exercício social em consonância ao artigo 1065 do Código Civil. O Código Civil (Lei Federal nº 10406/2002) estabelece que o balanço deverá ser apresentado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, a saber: Dispõe o artigo 1.078 do Código Civil:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Portanto, eventual apresentação de documentação relativa ao ano de 2009 pela Viação Piracicabana não representaria qualquer modificação na documentação de habilitação originalmente apresentada pela licitante, tampouco não significa que tal documentação pudesse reverter a inabilitação da Viação Piracicabana.

Tal diligência foi realizada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação visando esclarecer a documentação do processo nos termos do que disciplina o §3º do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o item 20.12 do Edital, senão vejamos:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

"20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

20.12.1 - É facultada, à COMISSÃO, a promoção de diligência destinada a

"Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

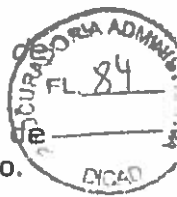
I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico."

Em contrapartida, em 2007 foi criado o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD - a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no Lucro Real são obrigadas a adotá-las, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 787/2007. O artigo 5º da referida Instrução Normativa disciplinou sobre o prazo limite para apresentação do ECD junto a Sped:

"Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração."

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas enquadradas no regime de Lucro Real terão até o final de junho do ano subsequente para apresentação do balanço.

Portanto, no caso o Balanço Patrimonial exigível pelo Edital de acordo com as disposições legais, corresponderia ao ano de 2011, já que a licitação ocorreu em 04/02/2013.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

*esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**.*"

Sobre o tema de diligências realizadas pela comissão durante o procedimento licitatório Marçal JUSTEN FILHO³ explica:

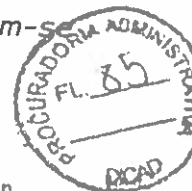
*"A lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. **Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior.** Um exemplo que permite melhor compreender o raciocínio. Suponha-se que o particular apresentou um certo atestado para comprovar o preenchimento de experiência anterior. Há dúvidas, no entanto, sobre a compatibilidade da contratação referida no atestado e o objeto licitado. Será obrigatório que a comissão convoque o interessado a esclarecer a natureza de sua experiência anterior. Para tanto, será muito mais relevante a exibição de documentação do que as meras palavras do licitante. Logo, será facultado ao interessado apresentar a documentação atinente à contratação de que resultou o atestado."*(Grifou-se).

Ivo Ferreira DE OLIVEIRA por sua vez ensina⁴:

"desde que não vulnerem ou atinjam a proposta propriamente dita, nada impede que, mediante diligências, aclarem-se obscuridades, integrem-se lacunas, corrijam-se pequenos erros, relevem-se falhas formais."

3 JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Dialética, 2008, p. 556.

4 OLIVEIRA, Ivo Ferreira de. *Diligências nas licitações públicas*. Paraná: JM, 2001, p. 146.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Também nessa linha de raciocínio, Nyura Disconzi DA SILVA afirma, em seu artigo "A promoção de diligências e os limites legais"⁵, que:

"O que não pode ocorrer é a inovação no plano material, que se configuraria com a apresentação posterior de documento ou informação que já deveria ter sido entregue em momento anterior (...)."

Sobre o assunto de "diligências" previsto no art. 43, § 3º da mencionada Lei, ensina a referida autora sobre os limites de atuação do Administrador na promoção de diligências:

"(...) a promoção de diligências pode ser realizada a qualquer momento, em qualquer fase do procedimento licitatório, portanto, sempre que se deparar com situações que exija esclarecimento, deverá a Comissão, ou outra autoridade, elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias."

Notadamente a promoção de diligência concentra-se em momentos que antecedem atos de cunho decisório. É comum, dessa forma, por ocasião da análise dos documentos relativos à habilitação e do julgamento das propostas. Isso não afasta, no entanto, a possibilidade de ser realizada em outros momentos, ou melhor, a qualquer tempo, no curso do procedimento licitatório."

Continua:

"(...) a diligência deve ser promovida para esclarecer pontos obscuros ou controversos, sendo admitida ainda para complementar a instrução do processo."

"(...) não se permite, no entanto, que documentos e informações que deveriam ser apresentados ou prestados





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

inicialmente, venham a ser incluídos, o que caracterizaria flagrante desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

É permitido ainda através de diligência, complementar a instrução do processo. Isso significa que documentação ou informação complementar, que tenha por finalidade confirmar ou esclarecer determinado dado constante em outro documento apresentado oportunamente, poderá ser aceita e então incluída no processo. Por exemplo: apresentando o licitante um determinado documento e existindo dúvida quanto ao seu conteúdo, poderá ser apresentado documento complementar visando ao esclarecimento do conteúdo daquele."

Deste modo, era lícito à Comissão de Licitação promover diligências com vistas a esclarecer obscuridades referentes a documentos entregues durante o certame, desde que os documentos efetivamente exigidos pelo Edital tenham sido tempestivamente apresentados, como é o caso.

Como o Edital de Licitação exigia, para habilitação dos licitantes, a documentação contábil do ano de 2011, o documento mencionado pelo juízo de origem, porque datado de 2009, **não possui qualquer relevância para habilitação da licitante.**

Diante disso, descabida a fundamentação da r. decisão proferida nos autos de Ação Popular, na medida em que a documentação solicitada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação em 08/03/2013, referente **ao período de 2009**, não era exigida pelo Edital e sequer poderia ser utilizada pela Comissão para fins de habilitação da empresa, podendo ser utilizada apenas para esclarecer ou complementar algum documento que havia sido apresentado pela licitante.

Quanto à Inscrição Estadual do Consórcio HP-ITA, a Comissão Especial de Licitação realizou a verificação da regularidade da





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

documentação apresentada, portanto restou comprovado que a inscrição cadastral estadual da empresa encontra-se regular.

Conforme mencionado no julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, em 22/03/2013, acessando o site <http://www.sefaz.go.gov.br/ccs/consultar.asp> e verificou que a situação cadastral da Ita Empresa Transportes encontra-se regular (habilitada/ativa).

O art. 43, § 3º autoriza a Comissão de Licitação a promover diligência, senão vejamos:

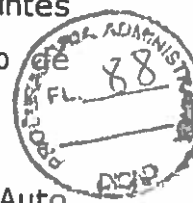
§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

É dever da Comissão Especial de Licitação atestar a veracidade dos documentos cuja emissão é feita por meio eletrônico, pois a aceitação desses é condicionada à confirmação de seus dados. Sendo assim, após consulta no site restou afastado qualquer irregularidade quanto a inscrição cadastral estadual da licitante.

De qualquer sorte, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais apresentada pela consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. (fl. 30366) supriria qualquer dúvida a respeito da existência do cadastro estadual, na medida em que, **só é possível a emissão de certidão fiscal em relação a licitantes devidamente inscritas perante a Administração Estadual.**

Deste modo, não há que se falar em inabilitação do Consórcio HP-ITA por ausência de comprovação de inscrição cadastral estadual, até porque, a licitante fez prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual em atendimento ao item 21.3.1.2 do Edital, a qual foi objeto de confirmação pela entidade licitante.

No que diz respeito à habilitação da licitante Auto Viação Marechal Ltda., remete-se, mais uma vez, aos termos do parecer em





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

anexo (itens 96 a 101), no qual o Ilustre Professor Marçal JUSTEN FILHO conclui pela improcedência das insurgências levantadas.

Especialmente quanto à inexistência do cadastro estadual, bem como quanto ao atestado emitido pela URBS, o parecerista assim concluiu:

98. Em primeiro lugar, teria sido admitida a regularidade fiscal da referida empresa não obstante a ausência de comprovação da inscrição perante o cadastro estadual de contribuintes. ***A crítica é absolutamente improcedente. A Lei nº 8.666 exige a comprovação no cadastro de contribuintes do Estado quando houver (art. 29, inc. II). Evidentemente, a exigência não se refere à existência propriamente dita do cadastro. O que se passa é que, em muitos casos, a atividade do licitante não envolve obrigatoriedade de inscrição no cadastro estadual. A matéria envolve a natureza da atividade desempenhada e a materialidade da incidência tributária. Existem certas atividades que são tributáveis exclusivamente por meio de tributos estaduais (basicamente, o ICMS), enquanto outras são sujeitas apenas à tributação municipal (essencialmente, o ISS). A prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros se subordina à incidência do ISS. Como decorrência, não cabe exigir a inscrição do licitante no cadastro de contribuintes do Estado – simplesmente porque a atividade desempenhada pelo licitante não se sujeita à incidência de tributo estadual.*** Em terminologia mais simples: o licitante para serviço de transporte de passageiros não é contribuinte do Estado. Logo, cabe-lhe comprovar a sua inscrição no cadastro de contribuintes do Município⁶. ***Portanto, a decisão que reconheceu como suficiente a inscrição do licitante no cadastro municipal não refletiu qualquer juízo de preferência pessoal da autoridade julgadora. Tratou-se, pura e simplesmente, de aplicar o direito ao caso concreto.***

⁶ Sobre o tema, confira-se a exposição mais alongada do signatário em *Comentários...* ?



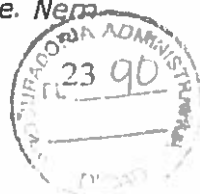


PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

99. O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. **Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ - um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente uma caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência - solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) -, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.**

Portanto, não houve a inclusão de novos documentos, mas mera diligência para verificação de erro de digitação no número do CNPJ!!! Sobre o tema, assim esclareceu o referido parecer (item 99):

O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ - um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente uma caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência - solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) -, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.

Fica evidente, portanto, que as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação pautaram-se pela legalidade e pelos demais princípios de direito administrativo, inexistindo informações privilegiadas a quem quer que seja.

Não houve, portanto, favorecimento de qualquer licitante, devendo ser julgada totalmente improcedente a presente ação.

3. PEDIDOS

- a) Seja ACOLHIDA A PRELIMINAR de ausência de interesse processual, extinguindo o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil e revogando-se a medida liminar antes deferida;
- b) Caso não seja acolhida a preliminar supra, o que r. não se espera, no mérito, requer seja **JULGADO TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO**, tendo em vista as razões de fato e de direito delineadas;

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 10 janeiro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

